



CONSULTA PRÉVIA

**Fornecimento Contínuo de Material de Águas e de Saneamento
para o Ano 2021**

***CONVITE À APRESENTAÇÃO
DE PROPOSTA***



Fornecimento contínuo de materiais de água e saneamento para o ano 2021 (Procedimento Consulta Prévia).

1 – Identificação do Objeto do Concurso:

O objeto do presente procedimento consiste no fornecimento contínuo de água e de saneamento para o ano 2021 (ver anexo II do Caderno de Encargos).

2 – Identificação da Entidade Adjudicante:

A entidade adjudicante é o Município de São Brás de Alportel, sita na Rua Gago Coutinho n.º 1, Apartado 52, com os números de telefone: 289840000 e de fax: 289842455 .

3 – Órgão Contraente:

A decisão de contratar foi tomada pelo Presidente do Município de São Brás de Alportel, o qual é competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar.

4 – Órgão competente para prestar esclarecimentos

a) Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são prestados pelo júri designado para este procedimento, com competência delegada, e devem ser solicitados pelos interessados, por escrito e através da plataforma eletrónica da contratação utilizada pela entidade adjudicante, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, conforme disposto no n.º 1 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto e demais alterações;

b) Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito e através da plataforma eletrónica da contratação, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, conforme estipula o n.º 5 do artigo 50.º do já citado Código.

5 – Tipo de Procedimentos:

Ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, propõe-se, a realização de um procedimento de Consulta Prévia.



6 – Prazo e Modo de Apresentação das Propostas:

- a) As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentados até às 17:00 horas do dia **11 de dezembro de 2020**, na plataforma eletrónica da entidade adjudicante cujo acesso é <https://www.acingov.pt>
- b) Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- c) Quando a proposta seja apresentada por agrupamento deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes. No caso de fazerem parte do agrupamento pessoas coletivas deve juntar cópia dos respetivos Certidões de Inscrição no Registo Comercial;
- d) Os documentos que constituem a proposta devem ser assinadas eletronicamente, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, conforme disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto;
- e) Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente apresentar um documento eletrónico ofício indicando o poder de representação e a assinatura do assinante;
- f) Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigida na língua portuguesa.

7 – Propostas com variantes

Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.

8 – Documentos que acompanham a proposta

- a) Declaração sob compromisso de honra, de que preenche os requisitos de idoneidade, exigidos e não se encontra em nenhuma das situações previstas no art. 57.º do Código dos Contratos Públicos – C.C.P. (Anexo I).
- b) Apresentar um mapa conforme o modelo apresentado no anexo II do caderno de encargos.
- c) Certidão Permanente

9 – Elementos a indicarem obrigatoriamente nas Propostas

- a) Documento do qual conste os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, sem dispensa de apresentação dos seguintes:
 - Preço unitário por artigo, com exclusão do IVA;
 - Preço total, com exclusão do IVA;



b) Documento que contenha os termos ou condições relativas a aspetos da execução do contrato não submetido à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule, designadamente no seguinte:

- Condições de pagamento, que será de 60 (sessenta) dias, após receção e conferência da fatura;
- Prazo de entrega, que será no máximo 10 (dez) dias, após a solicitação por escrito ou telefónica.

c) Documentos que contenham os esclarecimentos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando esse preço resulte, direta ou indiretamente, das peças do procedimento.

10 – Outros elementos a indicarem nas propostas:

Referência a aspetos que, do ponto de vista do concorrente, sejam pertinentes e que contribuam para a boa compreensão da proposta relativa aos bens que se propõe fornecer.

11 – Esclarecimentos e Retificações das Peças do Concurso:

Os esclarecimentos e retificações necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento serão solicitados e prestados de acordo com o estipulado no artigo 50.º do C.C.P.

12 – Fase de Negociação:

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

12 – Prazo da Obrigação de Manutenção da Proposta:

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, conforme disposto no artigo 65.º do C.C.P.

13 – Critério de Adjudicação:

- a) O critério de adjudicação a aplicar é o da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade da avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar;
- b) A adjudicação poderá ser feita por lotes;
- c) A proposta para o lote só será considerada válida se apresentar preço em todos os artigos;
- d) A entidade que não responder a todos os artigos do lote será excluída desse lote;
- e) A entidade que não responder às características dos produtos que se pretendem será excluída desse lote;



- f) Como critério de desempate, será efetuado sorteio das propostas que se encontrem em igualdade de critério, nas instalações desta Câmara Municipal, em hora e data a definir.

14 – Caução:

O valor previsto para o preço contratual é inferior ao limite referido no n.º 2 do artigo 88 do C.C.P., pelo que não será exigida caução.

15 – Documentos de Habilitação:

Os documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário, serão os seguintes:

- a) Declaração do anexo II, ao presente Caderno de Encargos, do qual faz parte integrante;

- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, designadamente os seguintes documentos:

i) Registo Criminal (no caso de se tratar de pessoas coletivas, dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas) que comprove que o adjudicatário não incorre nos impedimentos indicados nas alíneas b) e i) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

ii) Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.

iii) Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

- c) Quando os documentos a que se faz referência se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

16 – Preço Base:

O preço base do fornecimento é de € 35.000,00 (trinta e cinco mil euros) não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.

O preço base correspondente a cada lote será de:

Lote 1 – € 3.900,00 + IVA

Lote 2 – € 6.100,00 + IVA

Lote 3 – € 900,00 + IVA

Lote 4 – € 1.800,00 + IVA

Lote 5 – € 10.000,00 + IVA

Lote 6 – € 4.300,00 + IVA



Lote 7 – € 1.500,00 + IVA

Lote 8 – € 5.200,00 + IVA

Lote 9 – € 1.300,00 + IVA

2 – No caso do preço das propostas, ultrapassar o preço base do concurso, será aberto um novo procedimento para esse(s) lote(s).

17 – Mapa de Quantidades:

As quantidades indicadas no Anexo II – Mapa de Quantidades do caderno de encargos são estimadas, não ficando a Câmara Municipal de São Brás de Alportel obrigada a completá-las, até ao termo da adjudicação, uma vez que, estas são uma mera estimativa, cuja finalidade é a de indicar ao concorrente o consumo previsível de forma a possibilitar-lhe a determinação dos preços a praticar.

18 – Legislação Aplicável:

Em tudo o omissso no presente convite será aplicado o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111 – B/2017, de 31 de agosto e restante legislação em vigor.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Câmara Municipal



(Vitor Manuel Martins Guerreiro)